

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016

com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
---	----------

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

REALIZAÇÃO DOS IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS DA ECOPORTO SANTOS S.A.

A Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto”) reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas, acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, o valor dos tributos diferidos ativos apresentados nas demonstrações financeiras é de R\$233.739 mil (R\$206.689 mil em 31 dezembro

de 2016), líquido da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) registrado no montante de R\$244.010 mil em 31 de dezembro de 2016. Para 2017, a Companhia realizou os testes de recuperabilidade e não identificou ajustes.

A Ecoporto fundamenta a recuperabilidade dos tributos diferidos através de projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Estas projeções são elaboradas com base na revisão do plano de negócios da controlada e fundamentadas com base em premissas de geração de lucros tributáveis futuros do segmento portuário, observadas as limitações legais. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela Administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação dos planos de negócios da Ecoporto; (ii) a avaliação das premissas e metodologia usadas pela Administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócios da Ecoporto; e (iv) avaliação se o plano de negócios considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o recuperabilidade do ativo, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do respectivo ativo da Ecoporto, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RECONHECIMENTO DE RECEITA NOS SEGMENTOS DE PORTOS E LOGÍSTICA

As prestações de serviços para certos contratos nos segmentos portuário e logístico, envolvem contratos de múltiplos elementos, tais como operação portuária, armazenagem, transporte e logística, e que implica em maior complexidade na segregação e avaliação do valor justo desses serviços. A Companhia também estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 3 (três) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais. Os critérios de reconhecimento de receitas e montantes reconhecidos (total da receita) no segmento de porto estão divulgados na nota explicativa 25. O segmento de logística está apresentado como ativo mantido para venda.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro das receitas sobre serviços logísticos e portuários, as quais envolvem julgamento profissional por parte da Administração, estimativas contábeis e adequada avaliação de condições contratuais.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação dos contratos e seus múltiplos elementos dentro das políticas contábeis de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (ii) a avaliação do desenho e operação dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento de receita; (iii) teste documental por amostragem de transações de serviços realizados antes e após o encerramento do exercício para avaliar se a receita foi reconhecida no período de competência adequado e exatidão das receitas registradas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de reconhecimento das receitas nos segmentos de portos e logística, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita da

Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

CAPITALIZAÇÃO DE GASTOS NO ATIVO INTANGÍVEL DE CONCESSÕES

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 4, 14 e 21.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos,

considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 18.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.188	3.096	1.607.979	589.504
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	60.234	61.748
Clientes	10	-	-	148.954	154.790
Tributos a recuperar		27.176	33.337	55.686	60.882
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		8.801	34.397	-	-
Despesas antecipadas		22	25	7.977	18.194
Partes relacionadas	18	1.324	38.805	583	-
Outros créditos		3.438	124	26.064	12.351
Ativos mantidos para venda	6.b	42.118	-	231.916	253.248
Total do ativo circulante		91.067	109.784	2.139.393	1.150.717
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	9.602	7.371
Tributos diferidos	15.a	-	-	356.491	368.784
Depósitos judiciais	11	2.299	2.148	188.470	174.013
Partes relacionadas	18	38.681	-	-	-
Outros créditos		-	-	7.598	8.322
Despesas antecipadas		-	-	13.801	140
Investimentos:					
Em controladas e coligadas	12.a	1.294.690	983.056	1.071	1.017
Ágio	12.a	382.396	399.751	-	-
Imobilizado	13	2.975	3.332	559.605	614.182
Intangível	14	320	456	4.539.727	4.278.861
Total do ativo não circulante		1.721.361	1.388.743	5.676.365	5.452.690
Total do ativo		1.812.428	1.498.527	7.815.758	6.603.407

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		520	1.784	89.544	76.626
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	74.658	339.401
Debêntures	17	-	-	1.074.858	680.535
Impostos, taxas e contribuições a recolher		229	3.000	36.075	35.244
Obrigações sociais e trabalhistas		10.880	10.873	67.677	59.143
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	4.076	672
Partes relacionadas	18	414.666	82.440	15.594	6.747
Obrigações com Poder Concedente	21	-	-	13.488	25.014
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	24.551	32.516
Provisão para manutenção	19	-	-	90.503	87.531
Provisão para construção de obras futuras	20	-	-	57.568	38.124
Dividendos a pagar		7	-	7	-
Outras contas a pagar		2.346	2.062	21.177	11.572
Passivos mantidos para venda	6 b.	-	6.714	189.798	263.576
Total do passivo circulante		428.648	106.873	1.759.574	1.656.701
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	508.710	484.231
Debêntures	17	84.053	-	4.340.390	3.426.093
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	-	-

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Partes relacionadas	18	640.347	891.354	-	-
Tributos diferidos	15.a	-	-	16.767	20.136
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	23	-	-	197.208	182.368
Provisão para manutenção	19	-	-	179.121	180.541
Provisão para construção de obras futuras	20	-	-	7.698	33.768
Obrigações com Poder Concedente	21	-	-	-	7.427
Outras contas a pagar		757	336	49.720	39.595
Total do passivo não circulante		725.157	891.690	5.299.614	4.374.159
Patrimônio líquido					
Capital social	24.a	360.900	360.900	360.900	360.900
Reserva de lucros - legal	24.c	27.415	7.791	27.415	7.791
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos		242.862	105.014	242.862	105.014
Reserva de capital - plano de opção com base em ações		51.472	50.285	51.472	50.285
Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores		5.441	5.441	5.441	5.441
Ações em tesouraria	24.e	(29.467)	(29.467)	(29.467)	(29.467)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		658.623	499.964	658.623	499.964
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas	24.f	-	-	97.947	72.583
Total do patrimônio líquido		658.623	499.964	756.570	572.547
Total do passivo e patrimônio líquido		1.812.428	1.498.527	7.815.758	6.603.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	25	-	-	3.200.704	2.828.996
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(1.643.157)	(1.545.436)
Lucro bruto		-	-	1.557.547	1.283.560
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	27	-	-	(134.345)	(120.241)
Despesas gerais e administrativas	26	(28.132)	(25.289)	(225.131)	(90.520)
Resultado de equivalência patrimonial	12.a	533.026	166.874	54	(8)
Juros sobre o capital próprio recebidos	12.a	10.136	21.559	-	-
Amortização do ágio sobre investimento	12.a	(17.353)	(21.983)	-	-
<i>Impairment</i> - investimento Ecoporto		-	(300.997)	-	(300.997)
Outras receitas (despesas), líquidas		600	562	13.558	2.678
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		498.277	(159.274)	1.211.683	774.472
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	13.269	13.945	122.877	138.537
Despesas financeiras	28	(114.702)	(130.287)	(578.311)	(692.897)
		(101.433)	(116.342)	(455.434)	(554.360)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		396.844	(275.616)	756.249	220.112
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	15.b	3.295	-	(327.341)	(278.924)
Diferidos	15.b	-	295	(8.924)	(201.021)
		3.295	295	(336.265)	(479.945)
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas		400.139	(275.321)	419.984	(259.833)
Prejuízo do exercício resultante das operações descontinuadas	6	(7.653)	(689.301)	(7.653)	(689.301)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		392.486	(964.622)	412.331	(949.134)
Atribuível a:					

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação dos acionistas controladores		392.486	(964.622)	392.486	(964.622)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	19.845	15.488
		392.486	(964.622)	412.331	(949.134)
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	29			0,71	(1,73)
Diluído - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	29			0,70	(1,71)
Lucro (prejuízo) por ação originado das operações em continuidade					
Básico - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	29			0,75	(0,47)
Diluído - lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	29			0,75	(0,46)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	392.486	(964.622)	412.331	(949.134)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	392.486	(964.622)	412.331	(949.134)
Atribuível a:				
Acionista Controlador			392.486	(964.622)
Acionistas não controladores			19.845	15.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

		Reservas de capital,	
	Nota explicativa	Capital social	Opções outorgadas e ações em tesouraria
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.320.549	23.491
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	2.768
Aporte de capital de acionistas não controladores	24.f	-	-
Dividendos distribuídos (R\$0,22 por ação)	24.d	-	-
Prejuízo do exercício		-	-
Absorção de prejuízo via reserva legal	24.a	-	-
Absorção de prejuízo via capital social	24.a	(959.649)	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	24.c	-	-
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,19 por ação)	24.d	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		360.900	26.259
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	1.187
Aporte de capital de acionistas não controladores		-	-
Dividendos distribuídos (R\$0,42 por ação)		-	-
Lucro do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Reserva legal	24.c	-	-
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,43 por ação)	24.d	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		360.900	27.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atribuível aos acionistas da Companhia				Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
Reservas de lucros					
Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores		
160.791	77.644	-	1.582.475	55.979	1.638.454
-	-	-	2.768	42	2.810
-	-	-	-	4.200	4.200
-	(77.644)	(43.013)	(120.657)	(3.126)	(123.783)
-	-	(964.622)	(964.622)	15.488	(949.134)
(160.791)	-	160.791	-	-	-
-	-	959.649	-	-	-
7.791	-	(7.791)	-	-	-
-	105.014	(105.014)	-	-	-
7.791	105.014	-	499.964	72.583	572.547
-	-	-	1.187	21	1.208
-	-	-	-	18.060	18.060
-	(105.014)	(130.000)	(235.014)	(12.562)	(247.576)
-	-	392.486	392.486	19.845	412.331
			-		
19.464	-	(19.464)	-	-	-
-	242.862	(242.862)	-	-	-
27.415	242.862	-	658.623	97.947	756.570

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	400.139	(275.321)	419.984	(259.833)
Operações descontinuadas líquido de caixa	(54.551)	(99.449)	(65.813)	(119.584)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	674	658	418.506	339.966
Amortização de ágio	17.355	21.983	-	-
Capitalização de juros	-	-	(18.472)	(6.628)
Prêmio de opção com base em ações	728	1.671	1.187	2.768
Prêmio de opção com base em ações - acionistas não controladores	-	-	21	42
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	2	7.924	2.472
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	4.108	55.539	474.074	602.765
Variação monetária com Poder Concedente	-	-	(1.220)	4.497
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	9.928	15.416
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	20.850	5.967
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	118.627	104.729

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	34.770	30.135
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(6.723)	(7.290)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	-	143	(2.177)
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio recebidos	(543.162)	(188.433)	(54)	8
Levantamento dos depósitos judiciais		(55)	5.401	4.719
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(124)	(144)	(10.580)	(3.329)
Tributos diferidos		(295)	8.924	201.022
Juros de mútuos ativos	(4.787)	-	-	-
Juros de mútuos passivos	40.877	(35.756)	-	-
<i>Impairment</i> Ágio Investimento Ecoporto		300.997	-	300.997
Obrigações com Poder Concedente	-	-	54.177	53.079
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	327.341	278.924
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	5.693	4.002
Partes relacionadas - clientes	3.587	(38.578)	(582)	(111)
Tributos a recuperar	6.161	1.906	5.196	3.153
Despesas antecipadas	3	4	(3.444)	(9.619)
Pagamento de depósitos judiciais	(27)	-	(9.278)	(10.041)
Outros créditos	(3.314)	578	(12.990)	12.283

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONTINUAÇÃO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.264)	725	12.918	647
Obrigações sociais e trabalhistas	7	(3.079)	8.534	(4.195)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.771)	2.111	831	3.709
Partes relacionadas - fornecedores	-	82.351	8.847	1.408
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	(15.938)	(11.353)
Pagamentos de manutenção	-	-	(147.017)	(100.072)
Pagamentos de construção de obras	-	-	(11.454)	(25.139)
Outras contas a pagar	705	506	7.321	1.503
Obrigações com poder concedente	-	-	(26.541)	(26.515)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(335.306)	(261.731)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(135.656)	(172.079)	1.285.785	1.126.594
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	509.142	445.855	-	-
Aporte de capital - acionistas não controladores	-	-	18.060	4.200
Pagamento de dividendos minoritários	(7.647)	-	(12.562)	(3.126)
Aquisição de imobilizado e intangível	(181)	(356)	(596.117)	(492.193)
Partes relacionadas - mútuos	-	30.942	-	-
Investimento em controladas - aportes de capital	(245.839)	(210.985)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	255.475	265.456	(590.619)	(491.119)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas - mútuos	40.342	664.036	-	-
Obrigações com Poder Concedente	-	-	(45.369)	(42.110)
Títulos e valores mobiliários	-	-	6.006	(18.769)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	79.945	-	1.595.190	471.331
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(625.782)	(537.998)	(615.461)
Partes relacionadas	-	-	-	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	3.404	(8.146)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(235.014)	(146.538)	(235.014)	(146.538)
Juros pagos	-	(44.870)	(462.910)	(459.181)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(114.727)	(153.154)	323.309	(818.874)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.092	(59.777)	1.018.475	(183.399)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.096	62.873	589.504	772.903
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.188	3.096	1.607.979	589.504
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.092	(59.777)	1.018.475	(183.399)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas				
Com arrecadação de pedágio	-	-	2.533.994	2.261.451
Com construção	-	-	586.536	451.408
Portuárias	-	-	276.632	290.502
Acessórias	-	-	95.746	83.525
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.141.324)	(974.943)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.484)	(8.931)	(78.851)	(78.531)
Valor (consumido) adicionado bruto	(6.484)	(8.931)	2.272.733	2.033.412
Depreciação e amortização	(674)	(658)	(418.506)	(339.966)
Amortização de investimentos	(17.355)	(21.983)	-	-
Valor (consumido) adicionado líquido produzido pela Companhia	(24.513)	(31.572)	1.854.227	1.693.446
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	13.269	13.945	122.877	138.537
Resultado de equivalência patrimonial	543.162	188.433	54	(8)
Outros	602	(300.435)	2.225	(298.320)
	557.033	(98.057)	125.156	(159.791)
Valor adicionado total a distribuir	532.520	(129.629)	1.979.383	1.533.655
Distribuição do valor adicionado	532.520	(129.629)	1.979.383	1.533.655
Pessoal	20.073	14.475	330.675	332.643
Remuneração direta	17.735	13.297	259.709	263.189
Benefícios	1.650	738	53.870	51.252
FGTS	688	440	17.096	18.202

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos, taxas e contribuições	(3.295)	(295)	617.136	737.834
Federais	(3.295)	(295)	475.576	609.335
Estaduais	-	-	1	197
Municipais	-	-	141.559	128.302
Remuneração de capitais de terceiros	115.603	131.512	611.588	723.011
Juros	71.625	54.932	387.736	466.426
Aluguéis	901	1.225	33.277	30.114
Outros efeitos financeiros	43.077	75.355	190.575	226.471
Remuneração de capitais próprios	400.139	(275.321)	419.984	(259.833)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	19.845	15.488
Reserva legal	19.464	7.791	19.624	7.791
Resultado de operações descontinuadas	7.653	689.301	7.653	689.301
Absorção de prejuízo via reserva legal	-	(160.791)	-	(160.791)
Absorção de prejuízo via capital	-	(959.649)	-	(959.649)
Dividendos intermediários pagos	130.000	43.013	130.000	43.013
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	242.862	105.014	242.862	105.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui sete de concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em seis estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2017	31/12/2016	Atividade principal
Controladas diretas:			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00%	100,00%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações Ltda.	100,00%	100,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100,00%	100,00%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100,00%	100,00%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100,00%	100,00%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Controladas em conjunto:			
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20,00%	20,00%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
Controladas indiretas:			
Controladas via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.

	31/12/2017	31/12/2016	Atividade principal
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90,00%	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58,00%	58,00%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100,00%	100,00%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".

2.3 Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até outubro de 2025.

II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até junho de 2039.

III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km de rodovia, constituídos por: (a) BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) PR-508,

trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigera até novembro de 2021.

IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo estado. O prazo de duração do contrato concessão é de 24 anos (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021). A concessão foi contabilizada como ativo intangível.

V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora as seguintes rodovias e trechos:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

O fim da concessão, contabilizada como ativo intangível, está previsto para março de 2026. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013), consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência, por meio de alienação da totalidade de suas 87.000.058 ações representativas de 58% do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. para a controlada direta da Companhia Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

VII) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), recém incorporada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

- MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente. O plano de investimentos foi aprovado em caráter preliminar pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil através da Portaria nº 702 de 8 de dezembro de 2016 e encaminhado à ANTAQ para análise e deliberação. Em face da legislação atualmente vigente, e da Portaria nº 702 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subseção de Santos), ora em trâmite no TRF da 3ª Região, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos.

Em 2015, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos de apelação apresentados pela Companhia. Atualmente, o processo está suspenso por 180 dias. Após esse período de suspensão, há embargos de declaração a serem julgados pelo TRF da 3ª Região. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. A Administração da Companhia mantém sua expectativa de êxito no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema.

Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização

e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

VIII) Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói".

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência, por meio de alienação, da totalidade de suas 120.000.000 de ações representativas de 100% do capital social da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, para a controlada direta da Companhia Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

2.4 Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos

financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

• Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de

um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo plano de remuneração baseada em ações (*phantom stock/restricted stock*) não existem ativos financeiros a valor justo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

• Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos

do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017 não houve indenizações relevantes.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quan-

do as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

d) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

e) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das

transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

g) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

h) Ativos e passivos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação “reclassificado” nos demonstrativos comparativos.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações.

i) Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras

ras da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15 em relação aos serviços nos segmentos de concessões de rodovias, portos e logísticas. A Companhia identificou novas exigências de apresentação relativas as reclassificações de contraprestação variável, abatimento por volume, e não há expectativa de que o efeito dessas mudanças de valores sejam materiais para esses segmentos, exceto pela reclassificação no segmento de portos pelo IFRS 15, os ajustes ao exercício atual reduzirão a receita de vendas em aproximadamente R\$134.345.
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
<p>Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)</p>	<p>As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i>, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i>.</p>	<p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações com Pagamentos Baseados em Ações - Alterações à IFRS 2</p>	<p>O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.</p>	<p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento dos Tributos sobre a Renda</p>	<p>A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.</p>	<p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>

4. PRINCIPAIS USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia e de suas controladas estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de des-

conto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;

- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimen-

tos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia já considera o prazo da concessão assumindo a renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e desconta-

da por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,50% e 11,85% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 19 e nº 20.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 21.

5. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com comissões referentes às vendas de serviços de armazenagem nas investidas diretas Ecoporto Santos e Termares foram segregadas e reclassificadas da rubrica “Despesas gerais e administrativas” para “despesas com vendas” nas demonstrações de resultado do exercício em 31 de dezembro de 2016 pelo montante de R\$120.241. Tal reclassificação tem por objetivo permitir comparabilidade e melhor apresentação dos saldos contábeis. A Administração da controlada indireta Ecovia Caminho do Mar realizou a reclassificação de R\$2.581 entre as rubricas de “Imobilizado” e “Intangível” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refletindo assim nas Consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Edificações”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	616.763	(2.581)	614.182
Intangível	4.276.280	2.581	4.278.861
	4.893.043	-	4.893.043

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$26.515) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica “Pagamento com Poder Concedente”.

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de caixa nas atividades operacionais			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(26.515)	(26.515)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(26.515)	26.515	-
	(26.515)	-	(26.515)

6 OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 4 de julho de 2016, a Companhia celebrou no dia 2 de julho de 2016, através de sua controlada Elog S.A., Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda., Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. e Maringá Armazéns Gerais Ltda. (em conjunto, “Unidades Elog Sul”) para a Multilog S.A.. A conclusão da alienação estava sujeita a verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE), a qual foi aprovada sem restrições em 29 de julho de 2016. A conclusão da operação se deu em 6 de outubro de 2016, com a efetiva transferência de quotas e a liquidação financeira pelo valor R\$115.000. Em 1º

de fevereiro de 2017, conforme previam as cláusulas do Contrato de compra e venda, houve o “ajuste do preço” com o pagamento de R\$1.172 a favor da Companhia, totalizando a venda por R\$116.172.

O valor da perda na venda do investimento no montante de R\$12.080 encontra-se registrado na rubrica “Resultado líquido dos ativos e passivos mantidos para venda” na demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A alienação das Unidades Elog Sul é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

Os efeitos da venda destas participações estão demonstrados a seguir:

	Elog Sul	Maringás	Ágios	Total
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.470	1.619	-	5.089
Clientes	12.070	412	-	12.482
Partes relacionadas	120	161	-	281
Tributos a recuperar	531	14	-	545
Despesas antecipadas	74	-	-	74
Outros créditos	590	10	-	600
Total do ativo circulante	16.855	2.216	-	19.071
Não circulante				
Depósitos judiciais	9.803	1.095	-	10.898
Tributos diferidos	3.389	163	-	3.552
Outros créditos	963	-	-	963
Ágio registrado na controladora	-	-	88.282	88.282
Imobilizado e intangível	33.188	1.173	-	34.361
Total do ativo não circulante	47.343	2.431	88.282	138.056
Total do ativo	64.198	4.647	88.282	157.127

	Elog Sul	Maringás	Ágios	Total
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	4.247	121	-	4.368
Impostos e contribuições a recolher	1.666	1.150	-	2.816
Obrigações sociais	2.564	33	-	2.597
Dividendos e JSCP a pagar	5.978	-	-	5.978
Partes relacionadas	1.602	81	-	1.683
Provisão para imposto de renda e contribuição social	588	-	-	588
Outras contas a pagar	940	299	-	1.239
Total do passivo circulante	17.585	1.684	-	19.269
Não circulante				
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	9.566	-	-	9.566
Outras contas a pagar	40	-	-	40
Total do passivo não circulante	9.606	-	-	9.606
Patrimônio líquido	37.007	2.963	88.282	128.252
Total passivo e patrimônio líquido	64.198	4.647	88.282	157.127
Valor total da venda	-	-	-	116.172
Perda na venda do investimento (patrimônio líquido total - valor da venda)	-	-	-	(12.080)

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual e limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 50% (cinquenta por cento) do preço de aquisição;
- ii) O prazo de pagamento da indenização é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação demandando a indenização;

- iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram identificados eventos que pudessem ensejar o pagamento de indenização aos compradores e, conseqüentemente, valor de provisionamento.

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Com base na estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias, em junho de 2016 a Companhia também classificou como operação descontinuada seus investimentos no segmento logístico através das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A. A conclusão da alienação está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem: (i) a aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a qual foi aprovada sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog S.A. O valor total da alienação é de R\$90.000 mil, e será liquidado em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data do fechamento. Os efeitos da venda dessa participação serão divulgados oportunamente, quando do cumprimento de todas as condições precedente e consequente transferência das ações para a Multilog S.A.

Em atendimento ao item 9 do CPC31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia informa que continua firmemente comprometida com o seu plano de venda do Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de "Ativos e Passivos de operações descontinuadas" e suas informações não fazem mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

Ativo	Combinado (*) 31/12/2017	Combinado (*) 31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	7.691	15.647
Clientes	33.018	33.100
Partes relacionadas	17	2.774
Impostos a recuperar	1.184	1.693
Despesas antecipadas	674	496
Outros créditos	9.564	5.185
Tributos diferidos	59.278	123.738
Depósitos judiciais	48.407	43.909
Imobilizado	66.477	12.109
Intangível	5.606	14.597
Total do ativo mantido para venda	231.916	253.248

Passivo	Combinado ^(c) 31/12/2017	Combinado ^(c) 31/12/2016
Fornecedores	12.341	11.460
Empréstimos e financiamentos	668	2.187
Debêntures	124.905	183.788
Impostos e contribuições a recolher	2.273	2.902
Obrigações sociais e trabalhistas	6.932	6.502
Partes relacionadas	509	458
Outras contas a pagar	6.890	22.719
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	35.280	33.560
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Total do passivo mantido para venda	189.798	263.576

^(c) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Após a classificação, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor total de R\$689.301 para que o valor contábil desses ativos fosse reduzido ao valor justo, líquido de despesas de venda. Esse valor foi reconhecido no resultado na linha “Prejuízo do exercício de operação descontinuada”. Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo, das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logísti-

ca Cubatão Ltda., no qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação da Elog Sul com a Multilog S.A.

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor de venda ^(a)	160.000	160.000
Dívida líquida ^(b)	(117.882)	(170.328)
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda ^(c)	42.118	(10.328)

(a) Valor estimado para alienação para as empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., totalizando R\$160.000.

(b) Refere-se ao valor de dívida líquida em 31 de dezembro de 2017 das controladas classificadas como operação descontinuada.

(c) Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 relacionados aos ativos e passivos mantidos para venda são abaixo representados:

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado das operações descontinuadas		
Receita líquida	197.520	292.533
Custo dos serviços prestados	(182.679)	(262.906)
Lucro bruto	14.841	29.627
Receitas (despesas) operacionais e financeiras	(24.243)	(41.038)
Resultado financeiro	(17.593)	(42.826)
Resultado operacional	(26.995)	(54.237)
Imposto de renda e contribuição social	(573)	51.218
Resultado dos ativos e passivos mantidos para venda	(27.568)	(3.019)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda ^(*)	19.915	(686.282)
Resultado líquido dos ativos e passivos mantidos para venda	(7.653)	(689.301)

(*) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda:

	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	5.715	(572.502)
Ajuste a valor justo de dividendos e JSCP	-	(12.336)
Aportes realizados (janeiro a dezembro)	(62.200)	(88.097)
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	(13.368)	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	89.768	(3.019)
Efeito do valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	19.915	(675.954)
Valores previstos de aportes necessários para manutenção do capital circulante líquido	-	(10.328)
Ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	19.915	(686.282)

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	(27.568)	(3.019)
Itens que não afetam o caixa	41.963	(92.650)
Itens que não afetam o caixa - previsão de aporte	(1.599)	3.614
Provenientes das mutações patrimoniais	(4.488)	(16.231)
Utilizado nas atividades de investimento	(74.121)	211.308
Utilizado nas atividades de financiamento	(65.813)	(222.606)

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia, através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou contrato de Compra e Venda de Ações entre a Companhia e a Multilog S.A., referente a alienação, pela Companhia, de 100% do capital social da Elog. O valor total da alienação é de R\$90.000 e será liquidado em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data do fechamento. A conclusão da alienação está sujeita à verificação

de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, recebida em 27 de dezembro de 2017, a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio”) para a Companhia, ocorrida em 08 de fevereiro de 2018 e o pagamento da totalidade da dívida da Elog.

7. IMPAIRMENT DE ATIVOS

	Consolidado		
	30/06/2016		
	Valor contábil líquido	Valor recuperável líquido	Ajuste de impairment líquido no resultado do exercício
Goodwill (ágio) segmento portuário ^(a)	666.668	365.671	300.997
Tributos diferidos segmento portuário ^(b)	450.699	206.689	244.010
Ativos e passivos mantidos para venda, líquido de caixa	1.117.367	572.360	545.007

Desde o início de 2015, evidenciou-se queda dos volumes de negócios no segmento portuário, decorrentes da retração da economia que impactam diretamente as atividades da Companhia e suas controladas. Durante o 2º trimestre de 2016, em função da continuada queda dos volumes e preços e da não confirmação de um novo armador e considerando as projeções para os próximos períodos, a Companhia reconheceu impairment de R\$545.007 no valor de seus ativos não financeiros.

(a) O valor em uso do goodwill foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração em relação ao seu negócio no Porto de Santos. A avaliação mantém-se sensível a eventuais alterações nas expectativas de longo prazo que poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido. A taxa de desconto aplicada na projeção de fluxos de caixa futuros representa o WACC (custo médio ponderado de capital), do segmento Portuário da Companhia. A taxa nominal utilizada foi de 13,1% a.a. e a Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros.

(b) Os créditos fiscais decorrentes de (a) prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e (b) ágio por incorporação reversa foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros do segmento portuário, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros foram preparados com base na revisão do plano de negócios da controlada. A revisão gerou uma baixa de R\$244.010 (Vide rubrica “Imposto diferido” Nota Explicativa nº 15) (R\$40.191 prejuízo fiscal de 2016; R\$140.808 prejuízos fiscais anteriores a 2016 e R\$63.011 ágio por incorporação reversa). A Companhia irá manter fiscalmente os valores para futura utilização.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou os testes de recuperabilidade e não identificou ajustes.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	14	13	38.078	32.806
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento ^(a)	8.032	638	1.528.089	517.844
Operações compromissadas ^(b)	-	2.226	18.030	25.018
Aplicações automáticas ^(c)	142	219	23.782	13.836
	8.188	3.096	1.607.979	589.504

(a) *Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.*

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3 % em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,9% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) *Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa média ponderada de 79,9% do CDI (89,9% em 31 de dezembro de 2016), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.*

(c) *A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o Grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre um e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.*

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de investimento ^(a)	69.068	66.430
Poupança ^(b)	768	2.689
	69.836	69.119
Circulante	60.234	61.748
Não circulante	9.602	7.371

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 97,9% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. e para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. apenas operações BNDES.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecoporto Santos e a controlada indireta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas celebram com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 22 de maio de 2017, a controlada indireta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas realizou a transferência do saldo total conforme acordo realizado com a CETESB.

10. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico ^(a)	123.216	127.792
Receitas acessórias ^(b)	5.849	3.145
Recebíveis de portos ^(c)	16.339	21.164
Outras contas a receber	5.061	4.057
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD ^(d)	(1.511)	(1.368)
	148.954	154.790

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale-pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

(d) Refere-se à constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	144.614	149.784
Vencidos:		
Até 30 dias	1.727	2.389
De 31 a 90 dias	789	1.060
De 90 a 120 dias	1.824	1.557
Acima de 120 dias	1.511	1.368
	150.465	156.158

Movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	1.368	9.799
Operação descontinuada Elog (*)	-	(6.254)
Valores recuperados e baixados no exercício	(1.328)	(2.919)
Constituição de PECLD no exercício	1.471	742
Saldo no fim do exercício	1.511	1.368

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como ativos e passivos mantidos para venda.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	2.148	1.949	174.013	211.119
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	-	-	-	(45.757)
Adições	58	55	9.278	10.041
Baixas	(31)	-	(5.401)	(4.719)
Atualização monetária	124	144	10.580	3.329
Saldo no fim do exercício	2.299	2.148	188.470	174.013

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como “Ativos e passivos mantidos para venda”.

12. INVESTIMENTOS

a) Controladora

Valores das investidas

31/12/2017

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Elog S.A. ⁽¹⁾	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	622.674
EIL 02 S.A.	2	-
EIL 03 S.A.	-	(1)
EIL 04 S.A.	-	(1)
EIL-01 Participações Ltda.	333	16
Ecoporto Santos S.A.	200.696	(74.882)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(2.291)
Ecoporto Transporte Ltda.	-	-
ELG-01 Participações Ltda	55.821	(2.461)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.355	270
Lucros não realizados	-	-

Percentual de		Equivalência			
participação direta - %		Investimento		patrimonial	
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
-	-	-	-	-	(1.059)
100	100	1.018.305	878.786	622.674	508.185
100	100	2	1	-	-
100	100	-	-	(1)	-
100	100	-	-	(1)	-
100	100	333	317	16	22
100	100	200.696	45.509	(74.882)	(311.028)
100	100	20.365	9.655	(2.291)	4.886
-	100	-	-	-	(11.896)
100	100	55.821	55.447	(2.461)	(1.048)
20	20	1.071	1.017	54	(8)
-	-	(1.903)	(7.676)	54	379
		1.294.690	983.056	543.162	188.433

(1) Vide Nota Explicativa nº6.b. O valor de R\$1.059 refere-se ao saldo remanescente de equivalência patrimonial da ELG-01 Participações Ltda. Em 29 de setembro de 2016, foi deliberada por meio de redução de capital na Elog S.A. a transferência dos investimentos da ELG-01 Participações Ltda. para a Companhia.

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2017:

	EcoRodovias Infraestrutura	EIL01	EIL02	Ecoporto	Termares	Ecorodovias Concessões	Ecovia
Ativo	1.812.428	334	2	707.796	39.587	4.282.305	250.801
Circulante	91.067	334	2	31.112	23.169	1.619.668	63.387
Não circulante	1.721.361	-	-	676.684	16.418	2.662.637	187.414
Passivo	1.812.428	334	2	707.796	39.587	4.282.305	250.801
Circulante	428.648	-	-	173.488	9.097	808.371	27.644
Não circulante	725.157	-	-	333.612	10.127	2.455.629	162.695
Patrimônio líquido	658.623	334	2	200.696	20.363	1.018.305	60.462

	EcoRodovias Infraestrutura	EIL 01	EIL03	EIL04	Ecoporto	Termares	Ecorodovias Concessões
Receita líquida	-	-	-	-	116.534	126.582	172.465
Resultado operacional bruto	-	-	-	-	(8.347)	12.797	84.706
Resultado operacional líquido	400.139	22	(1)	(1)	(78.563)	(3.382)	621.187
Lucro (prejuízo) do exercício	392.486	16	(1)	(1)	(74.882)	(2.292)	622.674
Resultado das operações descontinuadas	7.653	-	-	-	-	-	-

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	878.786	(483.545)	-
EIL-01 Participações Ltda.	317	-	-
EIL02 S.A.	1	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1

Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish	Paquetá
340.620	1.882.581	430.328	1.634.860	588.511	273.298	55.821	64.446	11.055
42.749	201.960	64.999	188.537	37.713	62.164	77	463	55
297.871	1.680.621	365.329	1.446.323	550.798	211.134	55.744	63.983	11.000
340.620	1.882.581	430.328	1.634.860	588.511	273.298	55.821	64.446	11.055
87.698	130.483	63.899	164.098	76.800	68.836	-	937	-
219.237	1.332.475	252.222	915.789	291.657	60.863	-	7.975	-
33.685	419.623	114.207	554.973	220.054	143.599	55.821	55.534	11.055

Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	ELG01	Anish	Paquetá
299.755	330.478	1.023.475	362.705	460.486	277.937	213.848	-	23	-
184.752	167.011	636.281	144.702	140.937	74.039	71.496	-	23	-
151.345	124.824	532.213	94.832	46.027	42.699	56.428	(2.461)	(2.418)	(223)
100.811	79.730	360.343	60.820	34.171	28.267	38.411	(2.461)	(2.418)	(224)
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2017
-	390	622.674	1.018.305
-	-	16	333
-	-	-	2
-	-	(1)	-
-	-	(1)	-

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital
ELG-01 Participações Ltda.	55.447	-	2.835
Ecoporto Santos S.A.	45.509	-	230.000
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	9.655	-	13.001
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.017	-	-
Lucros não realizados	(7.676)	-	-
	983.056	(483.545)	245.839

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Ativos mantidos para venda	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Complemento Dividendos 2015
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	840.035	-	(470.202)	-
EIL-01 Participações Ltda.	295	-	-	-
EIL02 S.A.	1	-	-	-
EIL03 S.A.	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-
Elog S.A. ^(a)	231.772	(231.772)	-	-
Ecoporto Santos S.A.	154.208	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	17.409	-	(5.973)	(1.886)
Ecoporto Transporte Ltda.	(1.085)	-	-	-
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.025	-	-	-
ELG01 Participações Ltda. ^(b)	-	-	-	-
Lucros não realizados	(8.055)	-	-	-
	1.235.605	(231.772)	(476.175)	(1.886)

Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2017
-	-	(2.461)	55.821
-	69	(74.882)	200.696
-	-	(2.291)	20.365
-	-	54	1.071
5.719	-	54	(1.903)
5.719	459	543.162	1.294.690

Incorporação	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Transferência de controle (b)	Equivalência patrimonial	31/12/2016
-	-	768	-	508.185	878.786
-	-	-	-	22	317
-	-	-	-	-	1
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	1.059	(1.059)	-
-	202.000	329	-	(311.028)	45.509
(4.781)	-	-	-	4.886	9.655
4.781	8.200	-	-	(11.896)	-
-	-	-	-	(8)	1.017
-	785	-	55.710	(1.048)	55.447
-	-	-	-	379	(7.676)
-	210.985	1.097	56.769	188.433	983.056

(a) Vide Nota Explicativa nº 6.b.

(b) Em 29 de setembro de 2016, foi deliberada por meio de redução de capital na Elog S.A. a transferência dos investimentos da empresa ELG-01 Participações.

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2015	Ativos e passivos mantidos para venda ^(*)	Impairment ^(**)	Amortização	31/12/2016	Amortização	31/12/2017
Ágio - Ecosul	5.269	-	-	(516)	4.753	(515)	4.238
Ágio - Elog	433.540	(395.796)	-	-	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	679.718	-	(300.997)	(21.467)	357.254	(16.840)	340.414
	1.118.527	(395.796)	(300.997)	(21.983)	399.751	(17.355)	382.396

(*) Vide Nota Explicativa nº 6.b.

(**) Vide Nota Explicativa nº 7.

Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – “ECS” (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. (“Centaurus”) e com a Grant Concessões e Participações Ltda (“Grant”) referentes a aquisição, pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 16 de janeiro de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”), e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. (“Grant”) referente a aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, este último recebido em 08 de fevereiro de 2018.

b) Consolidado

	Valores das investidas 31/12/2017		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.355	270	20	20	1.071	1.017	54	(8)
					1.071	1.017	54	(8)

13. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida

útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

a) Controladora

Custo

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017
Hardwares	7,0	1.317	122	1.439
Máquinas e equipamentos	1,1	258	6	264
Móveis e utensílios	2,9	549	-	549
Edificações	3,9	1.956	-	1.956
Imobilizado em andamento	-	116	-	116
Outros	8,9	3.485	16	3.501
		7.681	144	7.825

Custo

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transfer.
Hardwares	8,7	1.261	40	(2)	18
Máquinas e equipamentos	3,9	248	-	-	10
Móveis e utensílios	7,3	549	-	-	-
Edificações	3,9	1.956	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	116	-	-	-
Outros	8,5	3.300	304	-	(119)
		7.430	344	(2)	(91)

b) Consolidado

Custo

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017
Hardwares	8,2	254.679	9.779	(443)	147	264.162
Máquinas e equipamentos	5,5	299.894	4.981	(26.833)	34	278.076
Móveis e utensílios	7,3	26.640	594	(22)	5	27.217
Terrenos	-	55.150	7	-	-	55.157

Depreciação			Residual	
Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
(1.137)	(96)	(1.233)	206	180
(247)	(3)	(250)	14	11
(457)	(16)	(473)	76	92
(759)	(76)	(835)	1.121	1.197
-	-	-	116	116
(1.749)	(310)	(2.059)	1.442	1.736
(4.349)	(501)	(4.850)	2.975	3.332

Depreciação			Residual		
Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
1.317	(1.024)	(113)	(1.137)	180	237
258	(237)	(10)	(247)	11	11
549	(417)	(40)	(457)	92	132
1.956	(683)	(76)	(759)	1.197	1.273
116	-	-	-	116	116
3.485	(1.465)	(284)	(1.749)	1.736	1.835
7.681	(3.826)	(523)	(4.349)	3.332	3.604

Depreciação				Residual		
Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
(211.495)	(21.297)	437	(1)	(232.356)	31.806	43.184
(128.978)	(15.157)	23.485	-	(120.650)	157.426	170.916
(13.805)	(1.954)	21	-	(15.738)	11.479	12.835
-	-	-	-	-	55.157	55.150

Custo

	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017
Edificações	3,3	33.988	725	-	(14)	34.699
Imobilizado em andamento	-	105.907	100	-	(35.672)	70.335
Benfeitorias	2,5	200.509	45	(70)	18.252	218.736
Veículos	11,3	33.406	732	(14.473)	200	19.865
Instalações	11,5	34.737	2.834	-	740	38.311
Outros	6,3	31.029		(731)	-	31.836
		1.075.939		(42.572)	(16.308)	1.038.394

Custo

	Taxas médias de depre- ciação - %	Saldos em 31/12/2015	Ativos para venda (*)	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016
Hardwares	9,5	273.208	(27.190)	7.474	(24)	1.211	254.679
Máquinas e equipamentos	6,4	359.910	(61.722)	5.329	(3.641)	18	299.894
Móveis e utensílios	7,5	35.281	(9.512)	1.248	(69)	(308)	26.640
Terrenos	-	55.258	(113)	4	-	1	55.150
Edificações	3,1	142.959	(109.071)	-	-	100	33.988
Imobilizado em andamento	-	129.255	(24.181)	952	-	(119)	105.907
Benfeitorias	2,4	249.748	(50.564)	1.325	-	-	200.509
Veículos	10,8	32.504	-	1.238	(336)	-	33.406
Instalações	9,7	75.249	(45.167)	3.489	(33)	1.199	34.737
Outros	5,6	48.102	(17.984)	3.889	(112)	(2.866)	31.029
		1.401.474	(345.504)	24.948	(4.215)	(764)	1.075.939

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como "Ativos e passivos mantidos para Venda e Operação Descontinuada". O imobilizado líquido no montante de R\$66.985 refere-se aos imobilizados consolidados da Elog S.A. em 1º de janeiro de 2016, excluindo os imobilizados das empresas ELG-01 Participações Ltda, Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Paquetá Participações Ltda. que não serão descontinuadas e em AGE de 29 de setembro de 2016, que aprovou laudo de cisão, esses ativos foram transferidos para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 16). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 17) não existem garantias dessa natureza.

Saldos em 31/12/2016	Depreciação			Transf.	Saldos em 31/12/2017	Residual	
	Adições	Baixas				31/12/2017	31/12/2016
(11.035)	(1.117)	-	-	-	(12.152)	22.547	22.953
-	-	-	-	-	-	70.335	105.907
(56.792)	(5.565)	33	-	-	(62.324)	156.412	143.717
(24.403)	(2.197)	12.301	(9)	(9)	(14.308)	5.557	9.003
(7.195)	(4.239)	-	5	5	(11.429)	26.882	27.542
(8.054)	(1.955)	94	83	83	(9.832)	22.004	22.975
(461.757)	(53.481)	36.371	78	78	(478.789)	559.605	614.182

Saldos em 31/12/2015	Ativos para venda (*)	Depreciação			Transf.	Saldos em 31/12/2016	Residual	
		Adições	Baixas				31/12/2016	31/12/2015
(207.957)	20.375	(23.942)	16	13	(211.495)	43.184	65.251	
(146.689)	33.298	(19.124)	3.537	-	(128.978)	170.916	213.221	
(17.350)	5.323	(1.943)	29	136	(13.805)	12.835	17.931	
-	-	-	-	-	-	55.150	55.258	
(26.076)	16.107	(1.065)	-	(1)	(11.035)	22.953	116.883	
-	-	-	-	-	-	105.907	129.255	
(71.513)	19.617	(4.896)	-	-	(56.792)	143.717	178.235	
(21.197)	-	(3.542)	336	-	(24.403)	9.003	11.307	
(25.773)	21.810	(3.206)	-	(26)	(7.195)	27.542	49.476	
(17.666)	11.242	(1.630)	-	-	(8.054)	22.975	30.436	
(534.221)	127.772	(59.348)	3.918	122	(461.757)	614.182	867.253	

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

14. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

a) Controladora

Custo						
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	
Softwares de terceiros	16,2	1.049	37	-	1.086	
		1.049	37	-	1.086	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2016	
Softwares de terceiros	12,9	946	12	91	1.049	
		946	12	91	1.049	

b) Consolidado

Custo							
	Taxas médias de amortização %	Saldos em 31/12/2016	Adições (i)	Baixas	Outro	Transf	Saldos em 31/12/2017
Contratos de concessão	(ii)	6.100.805	230.299	(1.345)	5.714	162.158	6.497.631
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	8.561
Softwares de terceiros	15,6	109.767	7.746	(98)	-	17.362	134.777
Intangível em andamento (iv)	-	201.153	367.625	(285)	-	(163.212)	405.281
Ágio Elog (iii)	-	37.744	-	-	-	-	37.744
Outros	5,1	402	-	(11)	-	-	391
		6.458.432	605.670	(1.739)	5.714	16.308	7.084.385

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Amortização			Residual	
Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
(593)	(173)	(766)	320	456
(593)	(173)	(766)	320	456
Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
(458)	(135)	(593)	456	488
(458)	(135)	(593)	456	488

Amortização				Residual		
Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
(2.103.297)	(346.864)	-	(78)	(2.450.239)	4.047.392	3.997.508
(3.802)	(384)	-	-	(4.186)	4.375	4.759
(72.437)	(17.757)	16	-	(90.178)	44.599	37.330
-	-	-	-	-	405.281	201.153
-	-	-	-	-	37.744	37.744
(35)	(20)	-	-	(55)	336	367
(2.179.571)	(365.025)	16	(78)	(2.544.658)	4.539.727	4.278.861

Custo

	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Adições ⁽ⁱ⁾	Baixas	Transferência	Impairment	Ativo mantido para Venda ^(vi)
Contratos de concessão	⁽ⁱⁱ⁾	6.325.810	217.987	(1.637)	64.400	(300.997)	(204.758)
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	-
Softwares de terceiros	13,6	137.394	11.041	(109)	2.040	-	(40.599)
Intangível em andamento	-	22.413	244.845	(429)	(65.676)	-	-
Ágio Elog ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	463.712	-	-	-	-	(425.968)
Outros	-	1.404	-	-	-	-	(1.002)
		6.959.294	473.873	(2.175)	764	(300.997)	(672.327)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$18.472 referentes a encargos financeiros (R\$6.628 em 31 de dezembro de 2016). A taxa média de capitalização em 31 de dezembro de 2017 foi de 3,62% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,96% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(i) Os principais valores concentram-se nas controladas indíretas: na Eco101 no valor de R\$40.356 em restauração de pavimentos, sistemas de drenagens e obras especiais correntes, e obras de duplicação da BR; na Ecofonte no valor de R\$94.238 baias operacionais e obras no Mergulhão em Niterói; Ecovias no valor de R\$53.291, implantação terceira faixa da PMN SP 055 e da marginal norte km 18

ao km 23, pavimento rígido e projetos de executivos; Ecopistas R\$180.358, sendo a principal obra o prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III e na Ecocataratas no valor de R\$57.909 refere-se à estrutura de duplicação; Ecosul no valor R\$63.218, recuperação e manutenção de pavimentos, implantação de defensas metálicas e construção de bases; Ecovia no valor de R\$13.353 em obras de melhoria na BR277 e restauração e manutenção da BRs.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Amortização				Residual			
Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Tf.	Ativo mantido para venda (vi)	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
6.100.805	(1.902.376)	(265.896)	16	64.959	(2.103.297)	3.997.508	4.423.434
8.561	(3.290)	(512)	-	-	(3.802)	4.759	5.271
109.767	(84.259)	(14.210)	(138)	26.170	(72.437)	37.330	53.135
201.153	-	-	-	-	-	201.153	22.413
37.744	332	-	-	(332)	-	37.744	464.044
402	(85)	-	-	50	(35)	367	1.319
6.458.432	(1.989.678)	(280.618)	(122)	90.847	(2.179.571)	4.278.861	4.969.616

As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de dezembro de 2017 foram 5,58% a.a. (4,23% a.a. em 31 de dezembro de 2016).

(iii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como "Ativos e passivos mantidos para venda e Operação Descontinuada". O montante de R\$4.913 refere-se aos ativos intangíveis e ágios (goodwill) consolidados da Elog S.A. em 1º de janeiro de 2016, excluindo os ativos intangíveis e ágios (goodwill) das empresas ELG-01 Participações Ltda. Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Paquetá Participações Ltda., que em deliberação da Administração transferiu o controle acionário para a Companhia em 29 de setembro de 2016.

(iv) Os principais valores do intangível em andamento concentram-se nas controladas indiretas: Ecovia na duplicação e recuperação da rodovia PR407; na Ecosul na construção da base operacional BR116 e BR392; na Ecovias na manutenção e implantação de dispositivo e restauração do pavimento; Ecocataratas na duplicação da BR277; na Ecopistas no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III; na Eco101 na restauração do pavimento, sistema de drenagem, implantação de passarela, entre outros e na Ecoponte nas obras no Mergulhão de Niteroi e baias operacionais.

(v) Vide Nota Explicativa 6.b

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado,

com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receitas, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Realização do ágio na incorporação	215.424	-	(9.582)	205.842	(9.582)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	44.056	10.468	(7.081)	47.443	3.387
Prejuízo fiscal e base negativa ⁽ⁱ⁾	51.663	4.407	(6.479)	49.591	(2.072)
Provisão para manutenção	95.177	19.103	(18.881)	95.399	222
AVP ônus Concessão	3.325	-	(1.359)	1.966	(1.359)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	110	353	(380)	83	(27)
Provisão para férias diretoria	3.449	2.894	(128)	6.215	2.766
Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(51.771)	-	3.341	(48.430)	3.341
Depreciação societária	(9.808)	37	242	(9.529)	279
Juros capitalizados	(2.977)	(5.982)	103	(8.856)	(5.879)
IR e CS diferido - ativo/(passivo) ⁽ⁱⁱ⁾	348.648	31.280	(40.204)	339.724	(8.924)

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas indiretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$356.491 no ativo não circulante e R\$16.767 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	69.187
2018	34.279	68.386
2019	33.086	60.943
2020	26.459	60.943
2021	24.856	49.683
Após 2022	221.044	39.506
	339.724	348.648

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	396.844	(275.616)	756.249	220.112
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(134.927)	93.709	(257.125)	(74.838)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Gratificações diretores	(1.454)	(2.370)	(4.175)	(6.106)
Equivalência patrimonial	181.229	56.737	18	(3)
Despesas indedutíveis	(28)	(13)	(349)	(624)
Amortização de ágio	(5.900)	(7.474)	22.893	(76.985)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.574	1.700
Créditos tributários não constituídos	(39.464)	(38.250)	(98.593)	(79.851)
Crédito tributário PERT ECOSUL	3.295	-	3.295	-
Outros	544	295	(1.201)	(26)
Baixa crédito tributário sobre anos anteriores (*)	-	-	-	(140.873)
Impairment Ecoporto (CPC 01) - não constituído (**)	-	(102.339)	(2.602)	(102.339)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.295	295	(336.265)	(479.945)
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.295	-	(327.341)	(278.924)
Impostos diferidos	-	295	(8.924)	(201.021)
Alíquota efetiva	-	-	44,5%	n.m.

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos cinco anos.

(**) Vide Nota Explicativa nº 7.

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

Consolidado

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	32.516	15.911
Ativos e passivos mantidos mantidos para venda	-	(588)
Despesa IR/CS DRE	327.341	278.924
Total de IR/CS pagos no exercício	(335.306)	(261.731)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	24.551	32.516

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:					
Nota promissória ⁽ⁱ⁾	Ecocataratas	05/2017	CDI + 2,65% a.a.	-	213.631
Finame ⁽ⁱ⁾	Ecosul	11/2020	6% a.a.	148	198
Finame ^(b)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 3,21% a.a.	-	89
Finame ^(b)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 2,99% a.a.	-	63
Finame ^(e)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	212	256
Finame ^(b)	Ecocataratas	06/2018	3% a.a.	27	82
Finem ^(f)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	3.920	10.509
Finame ^(h)	Ecocataratas	07/2020	6 % a.a.	494	694
Finem ^(a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	34.597	33.497
Finem ^(a)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	117.012	148.819
Finame ^(d)	Ecoporto Santos	06/2017	7,7% a.a.	-	871
Finame ^(g)	Ecoporto Santos	10/2020	6% a.a.	4.715	6.509

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Finem ^(c)	ECO101	07/2017	UMSELIC + 4,87% a.a.	-	55.402
Finem ^(m)	ECO101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	178.071	185.271
Finem ^(m)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	67.761	66.020
Financiamento ^(l)	ECO101	12/2019	21,27% a.a.	203	278
Financiamento ^(m)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	39.261	-
Finem ⁽ⁿ⁾	Ecoponte	06/2032	TJLP + 3,48% a.a.	49.275	-
Leasing	Ecosul	03/2018	25,13% a.a.	28	127
Em moeda estrangeira:					
Finimp ^(d)	Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M + 5,2% a.a.	-	46
Finimp ^(d)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M + 2% a.a.	87.644	101.270
				583.368	823.632
Circulante				74.658	339.401
Não circulante				508.710	484.231

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	66.199
2019	68.524	63.970
2020	69.476	64.555
2021	57.116	54.135
Posteriores a 2021	313.594	235.372
	508.710	484.231

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	823.632	986.707
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	-	(3.637)
Adições	91.301	256.592
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 28)	67.751	83.923
Pagamento principal	(307.713)	(426.313)
Pagamento de juros	(91.603)	(73.640)
Saldo no fim do exercício	583.368	823.632

(*) Vide Nota Explicativa nº 6.b.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil/ Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	ECO101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(d)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) patrimônio líquido deve ser superior a 20.000; (ii) a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total da controladora deve ser superior a 20%.	Alienação EcoRodovias Infraestrutura.
(e)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(g)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(i)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(l)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(m)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(n)	Ecoponte	BNDES	(i) Razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor de ações da EcoRodovias. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte é titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Fiança pela EcoRodovias.

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2017 está demonstrado a seguir:

	Exigido	Medido ^(*)
Índices financeiros Ecopistas (a)		
(i) PL/passivo total	> 20%	33,92%
(ii) Cobertura da dívida	≥ 1,20	1,21
(iii) Dívida líquida/ EBITDA ajustado	< 4,00	3,78

	Exigido	Medido ^(*)
Índices financeiros Ecoponte (n)		
(i) PL/passivo total	> 20%	54,8
(ii) Cobertura da dívida	> 1,30	n.m. (**)
(iii) Dívida líquida/ EBITDA ajustado	< 4,00	0,11

	Exigido	Medido ^(*)
Índices financeiros Ecoporto (d)		
(i) Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	169.335
(ii) PL/ativo total (controladora)	> 20%	9,7% (***)

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(**) ICSD não apurado, conforme cláusula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (janeiro de 2019).

(***) O índice está amparado por Waiver.

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Eco101 são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	(12.776)	150 parcelas
B1	66.237	66.237	-	150 parcelas
B2	52.483	28.514	-	150 parcelas
B3	117.799	11.137	-	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	294.361	(12.776)	

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
C	50.878	50.878	(50.878)	única
Total	50.878	50.878	(50.878)	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	(62.653)	114 mensais
b	85.528	85.528	(47.216)	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	(11.789)	114 mensais
e	21.769	21.769	(5.442)	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	(2.375)	114 mensais
k	29.846	22.438	(4.723)	114 mensais
l	9.169	9.169	(1.834)	10 anuais
Total	355.396	277.384	(136.032)	

Os subcréditos e liberações efetuadas na controlada indireta Ecoponte são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.466	51.719	-	177 mensais
b	177.920	-	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
Total	417.000	51.719	-	

A Companhia possui um plano econômico para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que ven-

cem em 2017. A Administração está confiante que seu plano econômico será implementado e entende que não haverá quebra ou *default* dos contratos vigentes.

17. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora	Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	Mai/2019	106,5% CDI a.a.	-	151.294	161.998
1ª Emissão - Ecosul	Mai/2020	107,0% CDI a.a.	-	156.626	167.661
2ª Emissão - Ecosul	Jun/2018	107,5% do CDI a.a.	-	50.073	-
3ª Emissão - Ecosul	Jun/2020	107,0% do CDI a.a.	-	52.443	-
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	Abr/2024	IPCA + 3,8% a.a./ IPCA+ 4,28% a.a.	-	1.194.291	1.158.134
1ª Emissão - Ecocataratas	Mai/2019	106,5% CDI	-	195.228	-
1ª Emissão - Ecopistas	Jan/2023	IPCA + 8,25% a.a.	-	447.317	476.838
1ª Emissão - Eco101	Dez/2018	CDI + 1,80% a.a.	-	24.847	-
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	Jun/2020	105,5% CDI a.a.	84.053	-	-
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	Abr/2020	CDI + 1,18% a.a./ CDI + 1,42% a.a.	-	608.943	615.422
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª Série)	Out/2018	CDI + 0,79% a.a.	-	80.850	163.239
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	Out/2022	IPCA + 5,0% a.a./ IPCA + 5,35% a.a.	-	778.926	755.359
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	Fev/2018	114% do CDI a.a.	-	216.840	218.554
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	Dez/2018	109,0% do CDI a.a.	-	104.574	-
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	Nov/2020 e Nov/2022	106,00% e 110,25% do CDI	-	1.070.399	-
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	Nov/2024	IPCA + 6,0% a.a.	-	30.038	-
1ª Emissão - Ecoporto Santos	Jun/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	252.559	389.423
			84.053	5.415.248	4.106.628
Circulante			-	1.074.858	680.535
Não circulante			84.053	4.340.390	3.426.093

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	-	615.113	4.106.628	4.293.504
Ativos e passivos mantidos para venda ^(*)	-	-	-	(345.768)
Adição	79.945	-	1.503.889	214.739
Cessão de dívida ^(**)	-	(625.782)	-	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº28)	4.108	55.539	406.323	518.842
Pagamento principal	-	-	(230.285)	(189.148)
Pagamento de juros	-	(44.870)	(371.307)	(385.541)
Saldo no fim do exercício	84.053	-	5.415.248	4.106.628

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b, a Companhia classificou os ativos de logística como "Ativos e passivos mantidos para venda". O montante de R\$345.769 refere-se ao saldo de debêntures em 1º de janeiro de 2016 dos ativos e passivos mantidos para venda.

(**) Em virtude da cessão, a partir de 10 de agosto de 2016, os debenturistas da primeira emissão de debêntures da EcoRodovias Infraestrutura passarão a ser debenturistas da primeira emissão de debêntures da Ecorodovias Concessões (em virtude da cessão e assunção de dívida da EcoRodovias Infraestrutura);

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais

e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em 11 parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em 11 parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em 11 parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em 11 parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022.

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes à primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes à segunda série, R\$40 mil referentes à terceira série e R\$40 mil referentes à quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 4 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, série

única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI over - quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/2017 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/2020 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 de dos meses junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão

de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura - Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura em que a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos

e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos às Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora (“cessão”). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de

vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;

- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, Nominativa, Escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

(i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

(ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;

(iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,50% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

Ecoporto Santos S.A.

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85% aa, pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em seis parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo, todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Consolidado						
	31/12/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	(296)	(296)	808.151	(8.570)	799.581
2019	967.249	(7.583)	959.666	611.639	(6.223)	605.416
2020	1.122.409	(6.138)	1.116.271	582.307	(4.981)	577.326
2021	678.645	(5.231)	673.414	295.019	(4.416)	290.603
2022	943.362	(2.954)	940.408	526.741	(2.574)	524.167
Apartir de 2023	652.227	(1.300)	650.927	630.626	(1.626)	629.000
	4.363.892	(23.502)	4.340.390	3.454.483	(28.390)	3.426.093

A Companhia possui contratos com Cláusulas (“covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme tabela a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5x	0,69x
Ecovias	2ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5x	1,35x
		EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	13,15x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	33,95%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,21x
Ecosul		Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4x	3,78x
	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5x	1,19x
	2ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,0x	1,19x
	3ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5x	1,19x
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/EBITDA	≤ 3,75x	2,24x
	2ª	Dívida líquida/EBITDA	< 3,5x	2,40x
		EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,56x
	3ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 3,75x	2,24x
		EBITDA/Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,96x
	4ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 3,75x	2,24x
		EBITDA/Despesa financeira líquida	≥ 2,5x	5,96x
	5ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 3,5x	2,24x
		EBITDA/Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,96x
	6ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 3,75x	2,24x
		EBITDA/Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,96x
	Ecoporto (*)	1ª	Dívida líquido/EBITDA	< 3,5x
		EBITDA/Despesa financeira líquida	> 2,5x	(-)0,08x
Ecovia	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5x	0,47x

(*) Índice amparado por carta fiança da Companhia.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	15/10/2012	240.000	CDI + 0,79%	11,57%
	Debêntures - 2ª série	15/10/2012	160.000	5,00% + IPCA	11,17%
	Debêntures - 3ª série	15/10/2012	400.000	5,35% + IPCA	10,79%
	Debêntures - 1ª série	24/05/2015	232.000	CDI + 1,18% a.a.	11,52%
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	CDI + 1,42% a.a.	13,43%
	Debêntures - Série única	18/11/2016	215.000	114,0% CDI	12,19%
	Debêntures - Série única	12/04/2017	300.000	105,5% CDI	7,44%
	Debêntures - Série única	22/06/2017	100.000	109,0% CDI	8,06%
	Debêntures - 1ª série	14/12/2017	319.550	106,0% CDI	7,26%
	Debêntures - 2ª série	14/12/2017	750.450	110,25% CDI	7,57%
Debêntures - 3ª série	14/12/2017	30.000	IPCA + 6,0%	8,99%	
EcoRodovias Infraestrutura e Logística	Série única	02/06/2017	80.000	105,5% CDI	7,57%
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	IPCA + 3,80% a.a.	9,48%
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	IPCA + 4,28% a.a.	9,14%
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,42%
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,61%
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,54%
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%	14,44%
	Debêntures Privada - 1ª série	14/07/2017	100.000	105,0% CDI	7,28%

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Taxa de juros	TIR
	Debêntures Privada - 2ª série	14/12/2017	70.000	105,5% CDI	7,25%
	Debêntures Privada - 3ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	7,25%
	Debêntures Privada - 4ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	7,25%
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	CDI + 1,80% a.a.	9,23%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	CDI + 1,85% a.a.	12,14%
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	106,5% CDI	7,92%
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	107,0% CDI	11,31%
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	107,5% CDI	9,55%
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	107,0% CDI	7,68%
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	106,5% CDI	12,05%
			5.897.000		

18. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro

do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Ativo

Controladora	Natureza	Circulante	Não circulante
Ecoporto Santos S.A. ^(l)	Controlada direta	-	34.158
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. ^(m)	Controlada direta	-	4.523
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ^(e)	Controlada direta	1.272	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ^(k)	Controlada direta	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ^(o)	Controlada direta	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul ^(a)	Controlada indireta	52	-
Total em 31 de dezembro de 2017		1.324	38.681
Total em 31 de dezembro de 2016		38.805	-

Consolidado	Natureza	Circulante Clientes
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. ^(d)	Outras partes relacionadas	-
A. Madeira Indústria e Comércio Ltda. ^(l)	Outras partes relacionadas	-
Contek Engenharia S.A. ^(f)	Outras partes relacionadas	-
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. ⁽ⁿ⁾	Outras partes relacionadas	-
SBS Engenharia e Construções S.A. ^(b)	Outras partes relacionadas	-
TB Transportadora Betumes Ltda. ^(d)	Outras partes relacionadas	-
Elog S.A. ^(e)	Outras partes relacionadas	418
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. ^(e)	Outras partes relacionadas	164
Unimar Transportes Ltda. ^(g)	Outras partes relacionadas	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras ^(c)	Outras partes relacionadas	-
Vix Logística S.A. ^(h)	Outras partes relacionadas	-
Consortio Baixada Santista ^(q)	Outras partes relacionadas	-
Itínera Construções Ltda. ^(p)	Outras partes relacionadas	1
Incospal Constr. Ltda. ^(l)	Outras partes relacionadas	-
Total em 31 de dezembro de 2017		583
Total em 31 de dezembro de 2016		-

Passivo		Resultado			
Circulante	Não circulante	Receita	Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	Juros Debêntures Privada
-	-	4.228	-	-	-
-	-	560	-	-	-
-	-	-	-	-	-
326.441	-	-	40.877	-	-
88.225	640.347	-	-	67.548	4.077
-	-	609	-	-	-
414.666	640.347	5.397	40.877	67.548	4.077
82.440	891.354	4.719	35.756	35.242	-

Ativo	Passivo		Resultado	
Não circulante Intangível	Circulante	Não circulante	Receita	Custos e despesas
58.991	3.295	-	-	-
9.906	1.637	-	-	-
9.197	1.658	-	-	-
7.103	1.628	-	-	-
29.368	3.469	-	-	609
7.286	329	-	-	-
-	-	-	-	-
-	2	-	-	-
-	402	-	-	5.603
143.551	2.580	-	-	-
-	438	-	-	6.011
25.275	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	156	-	-	-
290.677	15.594	-	-	12.223
171.157	6.747	-	-	-

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) *Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.*
- b) *A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Controlada Ecosul e presta serviços de usinagem e fornecimento de materiais para obras de tapa-buraco no sistema rodoviário na Ecosul e prestação de serviço de construção civil de pavimentação no polo rodoviário de Pelotas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$126.399. O prazo para execução desses serviços é julho de 2020 e em 31 de dezembro de 2017 o saldo a realizar é de R\$62.164. Os saldos em aberto a pagar de R\$3.469 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.*
- c) *A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controlada pela Companhia. O objetivo do contrato é a prestação de serviços de construção de obras civis dos Lotes 02 e 03 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto para a controlada indireta Ecopistas, execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário para a controlada indireta Ecoponte, execução de obras na rodovia e trechos do SAI-Sistema Anchieta-Imigrantes, das obras de recuperação do pavimento flexível e usinagem para a controlada indireta Ecovias. O valor total desses contratos é de R\$185.542. Em 31 de dezembro de 2017 há um saldo em aberto a pagar de R\$2.580. O prazo para execução é em março de 2018.*
- d) *A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$313.642, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução é em junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, há*
- um saldo de serviços a realizar de R\$155.632. Os saldos em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.624 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.*
- e) *O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).*
- f) *A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é prestação de serviço de usinagem de material asfáltico para a Eco101 e sua vigência é até junho de 2018, em 31 de dezembro de 2017 há um saldo a pagar de R\$1.658.*
- g) *A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, já haviam incorridos R\$21.856. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$402 com vencimento em até 45 dias.*
- h) *A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, já haviam incorridos R\$23.657, e há um saldo a pagar de R\$438 com vencimento em até 45 dias.*
- i) *A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados foi de R\$7.373. O prazo para execução desses serviços foi em julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Em 31 de dezembro o saldo a pagar é de R\$156.*
- j) *Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a*

controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 14,14%a.a. com vencimento até 29 de dezembro de 2018.

k) Refere-se ao contrato de Mútuo, sendo a mutuante a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O mútuo classificado em não circulante será corrigido através do percentual de 13,64%a.a. com vencimento em 12/06/2018. O contrato classificado no circulante será corrigido pela taxa de 100% do CDI com vencimento em 11 de novembro de 2017.

l) O contratada A. Madeiras Indústria e Comércio Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objetivo do contrato é a prestação de serviços de duplicação do lote 1 e lote 3 da BR101/ES. O valor desse contrato é de R\$42.745 e sua vigência é até março de 2018, já foram incorridos R\$12.329. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar é de R\$1.637.

m) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 14,14 % a.a. com vencimento até 29 de dezembro de 2018.

n) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. É parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é a prestação de serviço de duplicação na BR-101/ES. O prazo para execução desses serviços é em junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$189.862, sendo que até 31 de dezembro de 2017 o montante foi incorrido. O saldo em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2017 é R\$1.628.

o) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., o qual será ajustado nos mesmos termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15/04/2018 e a.a. e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.

p) A Itínera Construções Ltda. celebrou contrato com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., a qual se obriga a prestar serviços contábeis, fiscais e de recursos humanos conforme “Catálogo de serviços”. O valor do contrato é de R\$15 e sua vigência é até dezembro de 2017.

q) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A e Itinera Construções, foi contratado para realizar serviços de execução de obras da implantação da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nobrega do Km 274 ao Km 292 da pista oeste. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$27.869. O prazo para execução desses serviços é em janeiro de 2018 e até 31 de dezembro de 2017 foram realizados R\$27.345. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	31/12/2017	31/12/2016	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	133.627	122.037	31/03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	EcoRodovias Infraestrutura	326.441	293.176	12/06/2018	13,64% a.a.
Ecorodovias Concessões	EcoRodovias Infraestrutura	-	19.594	11/11/2017	100% CDI
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	34.158	30.564	29/12/2018	14,14% a.a.
Ecorodovias Infra	Termares	4.522	4.047	29/12/2018	14,14% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	5.748	5.144	29/09/2018	14,13% a.a.

Mutuante	Mutuário	31/12/2017	31/12/2016	Vencimento	Taxa
Termares	Ecoporto Santos	-	2.332	07/10/2018 (*)	14,13% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	1.947	1.742	22/10/2018	14,13% a.a.
		506.443	478.636		

(*) Quitado em 10 de março de 2017.

Outros contratos entre as partes relacionadas

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$207.336, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$19.176 (R\$28.486 para o exercício de 2016), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração (fixa/variável)	3.321	6.637
Gratificações	-	8.345
Plano de retenção	4.307	624
Plano de opção com base em ações	727	1.671
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	2.877	1.255
Seguro de vida	8	-
Assistência saúde	179	-
Previdência privada	345	347
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO + PRS))	2.629	-
	14.393	18.879

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 6,58% a 11,85% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção	1.002.111	140.257	-	-	1.142.368
Efeito do valor presente sobre a constituição	(210.773)	(21.630)	-	-	(232.403)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(147.017)	-	(809.532)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº28)	139.249	-	-	29.942	169.191
	268.072	118.627	(147.017)	29.942	269.624
Circulante	87.531				90.503
Não circulante	180.541				179.121

	31/12/2015	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	869.824	132.287	-	-	1.002.111
Efeito do valor presente sobre a constituição	(183.215)	(27.558)	-	-	(210.773)
Realização da manutenção	(562.443)	-	(100.072)	-	(662.515)
Ajuste a valor presente - realizações	111.277	-	-	27.972	139.249
	235.443	104.729	(100.072)	27.972	268.072
Circulante	55.869				87.531
Não circulante	179.574				180.541

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(11.454)	-	(47.321)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº28)	11.111	-	4.828	15.939
	71.892	(11.454)	4.828	65.266
Circulante	38.124			57.568
Não circulante	33.768			7.698

	31/12/2015	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(10.727)	(25.140)	-	(35.867)
Ajuste a valor presente - realizações	8.947	-	2.164	11.111
	94.868	(25.140)	2.164	71.892
Circulante	43.227			38.124
Não circulante	51.641			33.768

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

I) Verbas fixas e variáveis

	31/12/2017	31/12/2016
Parcelas:		
Fixas - Ecovias ^(a)	6.330	26.249
Variável - Ecovias ^(b)	1.500	1.448
Variável - Ecopistas ^(b)	412	380
Variável - Ecosul ^(e)	214	196
Taxa de fiscalização - Eco101 ⁽ⁱ⁾	518	496
Taxa de fiscalização - Ecoponte ^(h)	269	258
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização ^{(c) (g)}	257	248
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária ^(d)	466	355
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização ^{(f) (g)}	302	294
Outras - Ecocataratas - PRE/PRF ^(k)	2.794	1.522
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP ^(j)	426	995
	13.488	32.441
Circulante	13.488	25.014
Não circulante	-	7.427

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2017, restam quatro parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 98,33% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado mensal é de R\$257 (R\$248 em 31 de dezembro de 2016).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2017, a parcela reajustada é de R\$302 (R\$294 em 31 de dezembro de 2016).
- (g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, à AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná) o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- (h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado é de R\$269.
- (i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- (j) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- (k) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	7.427
	-	7.427

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	32.441	43.490
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	54.177	53.079
Varição monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 28)	(1.220)	4.497
Pagamento do principal	(71.910)	(68.625)
Saldo no fim do exercício	13.488	32.441

II) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de dezembro, por cesta de índices.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de janeiro, por cesta de índices.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de dezembro, por cesta de índices.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da controlada indireta Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$221 milhões já realizados até 31 de dezembro de 2017 e R\$63 milhões a serem realizados.

A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada indireta Ecopistas.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 18 de maio, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de junho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas

das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

31/12/2017

	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

31/12/2016

	Previsão ao fim do prazo de concessão							
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	74.129	239.332	115.064	129.623	66.274	1.698.843	725.679	3.048.944
Conservação especial (manutenção)	48.232	66.320	228.847	263.317	404.445	546.496	439.444	1.997.101
Equipamentos	11.265	12.816	43.057	8.496	220.238	334.482	93.520	723.874
Total	133.626	318.468	386.968	401.436	690.957	2.579.821	1.258.643	5.769.919

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda. A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecovia

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face à solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação

antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (artigo 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto nº 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos.

Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Atualmente, os processos estão

suspensos. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

23. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, pode resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis ^(a)	Trabalhistas ^(b)	Tributárias ^(c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.521	26.623	9.224	182.368
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	545	9.996	(256)	10.285
(-) Pagamentos	(9.022)	(7.273)	-	(16.295)
(+) Atualização monetária	15.285	4.349	1.216	20.850
Saldos em 31 de dezembro de 2017	153.329	33.695	10.184	197.208

	Cíveis ^(a)	Trabalhistas ^(b)	Tributárias ^(c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	154.974	40.581	19.506	215.061
Ativos e passivos mantidos para venda ^(*)	(5.616)	(21.019)	(16.088)	(42.723)
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	6.862	7.796	758	15.416
(-) Pagamentos	(2.712)	(8.444)	(197)	(11.353)
(+) Atualização monetária	(747)	5.138	1.576	5.967
(+/-) Reclassificações	(6.240)	2.571	3.669	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	146.521	26.623	9.224	182.368

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda. O montante de R\$42.723 refere-se aos saldos de provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis baixados em 1º de janeiro de 2016 de operações descontinuadas.

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$530.826 em 31 de dezembro de 2017 (R\$394.851 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

(i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Em agosto de 2017 foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela CDHU e pelo

Ministério Público. Em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2017 esse valor atualizado é de R\$49.405, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$49.405 (R\$46.064 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 7 de dezembro de

2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguardamos publicação do acórdão que será objeto de recursos aos Tribunais Superiores. Em 31 de dezembro de 2017, o valor contingenciado é de R\$76.719 (R\$72.025 em 31 de dezembro de 2016). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja sem constituição de provisão é:

- (i)** Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos (“Autores”) ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. (“Ecoporto Transporte”), Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto Santos”) e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. (“Termares”). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. (“Aba”) e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. (“FCA”). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2017, a título de “prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECONDI”, o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios (“Aba”) e (“FCA”) receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$86.352 em 31 de dezembro de 2017, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se o início da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis. EM 31 de dezembro de 2017 o valor contingenciado é de R\$334.877.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a

pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$115.828 (R\$105.125 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indieta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$158.746 (R\$147.276 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questio-

namento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. Em 31 de dezembro de 2016 o valor era de R\$9.045, para 31 de dezembro de 2017 o processo foi encerrado, pois entrou o REFIS.

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos-calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739 (R\$110.838 em 31 de dezembro de 2016).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

Em AGE realizada em 12 de setembro de 2016, foi deliberada a absorção do prejuízo acumula-

do da Companhia, reduzindo o capital social de R\$1.320.549 para R\$360.900.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o saldo de dividendos remanescentes de 2015, o qual foi reclassificado para o passivo circulante e será distribuído até 31 de dezembro de 2016, conforme deliberação do conselho de administração.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/ (prejuízo) do exercício	392.486	(964.622)
Absorção de prejuízo via reserva legal	-	160.791
Absorção de prejuízo via capital social	-	959.649
	392.486	155.818
Constituição de reserva legal	(19.624)	(7.791)
Base de cálculo dos dividendos	372.862	148.027
Dividendos intermediários pagos	(130.000)	(43.013)
Dividendos adicionais propostos (*)	(242.862)	(105.014)

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em

tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2017, de R\$27.467. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de dezembro de 2017, é de R\$12,30 (R\$8,24 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	72.583	55.979
Participação nos lucros	19.845	15.488
Opções outorgadas reconhecidas	21	42
Aumento de capital	18.060	4.200
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	(12.562)	(3.126)
Saldo no fim do exercício	97.947	72.583

25. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

Às receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

- d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

- e) As receitas *intercompany* referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com arrecadação de pedágio ^(a)	2.533.994	2.261.451
Receitas de construção ^(b)	586.536	451.408
Receitas portuárias ^(c)	276.632	290.501
Receitas acessórias ^(d)	92.006	75.746
Receitas de prestação de serviços intercompany ^(e)	3.740	7.779
Receita bruta total	3.492.908	3.086.885
Deduções de receita	(292.204)	(257.889)
Receita líquida	3.200.704	2.828.996

	31/12/2017	31/12/2016
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	2.533.994	2.261.451
Receitas portuárias	276.632	290.501
Receitas acessórias e intercompany	95.746	83.525
Deduções		
Cofins ⁽ⁱ⁾	(114.503)	(106.298)
PIS ⁽ⁱⁱ⁾	(24.808)	(23.087)
ISS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(141.559)	(128.302)
Outros - ICMS	(1)	(202)
Abatimentos	(11.333)	-
	(292.204)	(257.889)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,8%.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	20.073	14.475	330.675	332.643
Conservação e manutenção e outros	275	223	81.665	82.305
Serviços de terceiros ^(*)	4.648	7.470	172.642	152.263
Seguros	371	190	16.383	19.750
Depreciações e amortizações (Vide Notas Explicativas nos 13 e 14)	674	658	418.506	339.966
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	54.177	53.079
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	901	1.225	33.277	30.114
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	118.627	104.729
Custo de construção de obras	-	-	586.536	451.408
Outros custos e despesas operacionais	1.190	1.048	55.800	69.699
	28.132	25.289	1.868.288	1.635.956
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	1.643.157	1.545.436
Despesas gerais e administrativas	28.132	25.289	225.131	90.520
	28.132	25.289	1.868.288	1.635.956

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

27. DESPESAS COM VENDAS - CONSOLIDADO

As despesas com vendas referem-se às comissões e ao agenciamento marítimo das controladas diretas Ecoporto Santos e Termares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas totalizaram R\$134.345 (R\$120.241 em 31 de dezembro de 2016).

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	6.077	5.834	66.214	101.875
Juros sobre mútuos	4.787	4.317	-	-
Juros capitalizados	-	-	18.472	6.628
Variação monetária sobre debêntures	-	-	11.571	6
Variação monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	1.220	-
Atualização monetária de créditos fiscais	2.405	3.793	14.409	14.652
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	10.460	19.954
Outras	-	1	531	2.056
	13.269	13.945	122.877	145.171
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures/cessão e assunção de dívida	(71.625)	(90.204)	(329.512)	(364.312)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(58.224)	(102.085)
Variação monetária sobre debêntures/cessão e assunção de dívidas	-	-	(78.166)	(145.418)
Variação monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	-	(4.497)
Amortização de custos com emissão de debêntures/cessão e assunção de dívidas	(31)	(607)	(10.216)	(9.118)
Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e obras	-	-	(34.770)	(30.136)
Despesas bancárias	(8)	(10)	(363)	(240)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(19.987)	(1.792)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Juros sobre mútuo	(40.877)	(35.756)	-	-
PIS/Cofins sobre outras receitas financeiras	(1.611)	(2.695)	(17.821)	(17.591)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(191)	(408)	(20.262)	(13.564)
Outras	(359)	(607)	(8.990)	(10.778)
	(114.702)	(130.287)	(578.311)	(699.531)
Resultado financeiro, líquido	(101.433)	(116.342)	(455.434)	(554.360)

29. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(prejuízo) básico - resultado do exercício	0,71	(1,73)
Lucro/(prejuízo) diluído - resultado do exercício	0,70	(1,71)
Lucro/(prejuízo) básico - resultado de operações continuadas	0,75	(0,47)
Lucro/(prejuízo) diluído - resultado de operações continuadas	0,75	(0,46)

a) Lucro/(prejuízo) básico por ação

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	392.486	(964.622)
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	419.984	(259.833)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.233)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Lucro/(prejuízo) básico por ação - R\$	0,71	(1,73)
Lucro/(prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	0,75	(0,47)

b) Lucro/(prejuízo) diluído

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	392.486	(964.622)
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	419.984	(259.833)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Plano Executivo de opção de compra de ações	6.472	6.987
Média ponderada de ações ordinárias para o lucro/(prejuízo) diluído	562.938	563.453
Lucro/(prejuízo) diluído por ação - R\$	0,70	(1,71)
Lucro/(prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,75	(0,46)

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dívida ^(a)	84.053	-	6.012.104	4.962.701
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(8.188)	(3.096)	(1.677.815)	(658.623)
Dívida líquida	75.865	(3.096)	4.334.289	4.304.078
Patrimônio líquido ^(b)	658.623	499.964	756.570	572.547
Índice de endividamento líquido	0,12	(0,01)	5,73	7,52

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nos 16, 17 e 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 98,6% do CDI (99,8% em 31 de dezembro de 2016), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e

recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nos 16, 17 e 21.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	38.078	38.078
Clientes ^(a)	Empréstimos e recebíveis	150.359	150.359
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários ^(b)	Empréstimos e recebíveis	1.639.737	1.639.737
Passivos:			
Fornecedores ^(a)	Outros passivos financeiros	89.544	89.544
Empréstimos e financiamentos e ^(c)	Outros passivos financeiros	583.368	583.368
Debêntures ^(c)	Outros passivos financeiros	5.415.248	5.415.248
Obrigações com Poder Concedente ^(d)	Outros passivos financeiros	13.488	13.488
Phantom Stock Option ^(e)	Outros passivos financeiros	11.409	11.409

a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e Phantom Stock Option aproximam-se do valor justo na data do balanço.

d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

e) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Ecoporto Santos S.A. - US\$	27.047	32.215

iii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$102.928 (R\$110.214 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - ECOVIA	106,5% CDI	19.328	147.260	-	-
Debêntures - ECOSUL	107,0% CDI	20.104	12.473	152.762	-
Debêntures - ECOSUL	107,5% CDI	51.779	-	-	-
Debêntures - ECOSUL	107,0% CDI	6.439	4.188	51.810	-
Debêntures - EIL	CDI + 0,79%	10.149	6.592	82.848	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18%	241.259	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42%	36.470	203.584	188.367	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79%	86.090	-	-	-
Debêntures - ECS	114,0% CDI	219.050	-	-	-
Debêntures - ECS	105,5% CDI	43.176	25.094	26.709	438.264
Debêntures - ECS	109,0% CDI	112.391	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	23.637	23.065	339.546	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	57.770	56.380	55.913	827.191
Debêntures - Ecopistas	105,0% CDI	11.316	8.100	8.618	147.521
Debêntures - Ecopistas	105,5% CDI	11.283	11.794	12.552	227.722
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85%	148.736	124.967	-	-
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8%	27.140	-	-	-
Debêntures - Cataratas	106,5%	24.818	190.628	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45%	37.648	35.211	32.868	39.208
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10%	4.014	-	-	-
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84%	40.924	40.946	40.946	349.565
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48%	6.412	6.399	6.399	74.658

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00%	125.901	121.395	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25%	109.860	104.446	120.339	257.283
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35%	36.172	31.517	229.889	445.740
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%	1.901	1.918	1.955	42.982
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80%	17.394	145.326	143.867	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28%	66.687	41.293	42.122	1.154.477
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45%	7.220	6.818	6.433	19.655
Leasing - Ecosul	25,13%	29	-	-	-
Leasing - Eco101	21,27%	122	122	-	-
Finame - Ecosul	6,00%	58	55	48	-
Finame - Cataratas	2,50%	49	47	46	82
Finame - Cataratas	3,00%	28	-	-	-
Finame - Cataratas	6,00%	224	212	92	-
Finame - Ecoporto Santos	6,00%	2.018	1.912	1.147	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0%	19.460	18.850	18.226	42.799
		1.627.056	1.370.592	1.563.502	4.067.147

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Libor, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras ^(f)	Baixa do CDI	82.974	62.231	41.487
Juros sobre debêntures ^(a)	Alta do CDI	(326.078)	(379.625)	(432.915)
Juros sobre debêntures ^(c)	Alta do IPCA	(184.431)	(187.190)	(189.967)
Empréstimos e financiamentos ^(d)	Alta do TJLP	(40.112)	(50.140)	(60.168)
Empréstimos e financiamentos ^(c)	Alta da IPCA	(2.485)	(3.107)	(3.728)
Empréstimos e financiamentos ^(e)	Alta do USD	(3.367)	(4.713)	(6.260)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente ^(b)	Alta do IGP-M	(66)	(82)	(99)
Juros a incorrer, líquidos		(473.565)	(562.626)	(651.650)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2017 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI ^(a)	6,80%	8,50%	10,20%
IGP-M ^(b)	4,18%	5,23%	6,27%
IPCA ^(c)	3,86%	4,83%	5,79%
TJLP ^(d)	7,00%	8,75%	10,50%
Libor6M ^(e)	1,84%	2,30%	2,76%
US\$ ^(e)	3,3900	4,2375	5,0850
CDI ^(f)	6,80%	5,10%	3,40%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguin-

tes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte.

b) “ *Holding*” e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as “ *Holdings*” Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., “ *holding*” do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Concessões	87,7%	86,0%
“<i> Holding</i>” e serviços	5,1%	8,5%
Portos	7,2%	5,5%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

31/12/2017

Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	661.509	54.280	1.708.689
Ativo não circulante	4.739.489	705.519	4.517.703
Total do ativo	5.400.998	759.799	6.226.392
Passivo circulante	614.324	192.378	1.237.957
Passivo não circulante	3.234.938	346.361	3.188.761
Patrimônio líquido	1.551.736	221.060	1.799.674
Total do passivo e patrimônio líquido	5.400.998	759.799	6.226.392

31/12/2017

Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	2.968.685	242.848	172.487
Custo dos serviços prestados	(1.549.465)	(104.053)	(87.759)
Lucro bruto	1.419.220	138.795	84.728
Despesas com vendas	-	(134.345)	-
Despesas gerais e administrativas	(137.552)	(46.123)	(105.471)
Amortização de investimentos	-	-	(21.841)
Outras receitas	214	13.357	595
Equivalência patrimonial	-	-	1.223.230
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.281.882	(28.316)	1.181.241
Resultado financeiro	(233.513)	(53.630)	(168.292)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	1.048.369	(81.946)	1.012.949
Imposto de renda e contribuição social	(345.813)	4.772	4.776
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	702.556	(77.174)	1.017.725
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(7.653)
Resultado das operações continuadas	-	-	1.010.072

31/12/2016

Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	744.240	44.415	338.089
Ativo não circulante	4.189.787	693.763	4.000.048
Total do ativo	4.934.027	738.178	4.338.137
Passivo circulante	1.093.572	251.156	288.000
Passivo não circulante	2.406.292	431.859	2.549.400
Patrimônio líquido	1.434.163	55.163	1.500.737
Total do passivo e patrimônio líquido	4.934.027	738.178	4.338.137
Receita líquida	2.584.514	254.392	163.842
Custo dos serviços prestados	(1.286.609)	(123.987)	(91.764)
Lucro bruto	1.297.905	130.405	72.078
Despesas com vendas	-	(120.241)	-
Despesas gerais e administrativas	(144.125)	(67.025)	(70.678)
Amortização de investimentos	-	-	(26.472)
Receitas (despesas) operacionais	57	2.663	(300.466)
Equivalência patrimonial	-	-	748.605
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.153.837	(54.198)	423.067
Resultado financeiro	(298.181)	(57.271)	(198.908)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	855.656	(111.469)	224.159
Imposto de renda e contribuição social	(277.782)	(206.569)	4.406
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	577.874	(318.038)	228.565
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(689.301)
Resultado das operações continuadas	-	-	460.736

32. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Efeitos na demonstração em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Caso a operação tivesse afetando o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Outras conta a pagar	12.416
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.416
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.416)
Caixa líquido (aplicado nas) pelas atividades de investimento	(12.416)

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2018, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”) foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor do ágio ofertado, correspondente a R\$883 milhões.

Em 1º de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”) e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que”) celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (“MGO”), referente à aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600 milhões e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, BNDES e demais credores, bem como a autorização dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com

São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 05/12/2013 e expira em 08/01/2044.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”) através de sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) foram classificadas em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais (“SETOP”), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

Em 8 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (Controlada direta da Companhia) aprovou a alteração do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora (“Escritura”), de forma a (i) alterar a data de vencimento das Debêntures; (ii) incluir novo período de contabilização e nova taxa de juros remuneratórios para o cálculo da Remuneração (conforme definido na Escritura); e (iii) prever a realização de pagamento de juros remuneratórios em seis etapas, sendo a primeira em 18 de maio de 2017, a segunda em 18 de novembro de 2017, a

terceira em 19 de fevereiro de 2018, a quarta em 20 de agosto de 2018, a quinta em 19 de fevereiro de 2019 e a sexta na Data de Vencimento das Debêntures e concessão de um prêmio no valor de 0,2321% flat em caso de aprovação das matérias apresentadas.

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A e sua controlada direta ELOG S.A. informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral que, com o objetivo de atender às condições precedentes previstas no Compra e Venda de Ações da Elog, foi realizada em 8 de fevereiro a transferência, a valor contábil, da totalidade das quotas detidas pela Elog no capital social da Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Ecorodovias Infraestrutura.